



## ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES / 2026 - ASSEAPT

### 1. Descrição da Necessidade da Contratação

#### DESCRIÇÃO

A presente contratação tem como objeto a prestação de serviços de elaboração de projetos básicos e executivos de engenharia e arquitetura, sob demanda, para a manutenção e reforma das edificações que abrigam as unidades da Justiça Eleitoral do Piauí. Tais unidades compreendem o edifício sede, fóruns eleitorais, cartórios, arquivos e depósitos distribuídos por dezenas de municípios do estado, haja vista a aprovação do Plano de Obras 2026-2030 – doc. 0002673942, mais especificamente, com as prioridades encartas no evento SEI 0002673989, ambos documentos constantes do Processo SEI nº 0002111-95.2026.6.18.8000, como segue:

#### Descrição

- |  |
|--|
| 1. Manutenção e Melhorias (Reforma Geral) - Luís Correia (91ª Zona Eleitoral)    |
| 2. Manutenção e Melhorias (Reforma Geral) - Parnaíba (03ª/04ª Zonas Eleitorais). |
| 3. Instalação de coberturas no estacionamento do Fórum Eleitoral de Teresina.    |
| 4. Manutenção do Telhado – Campo Maior (07ª/96ª Zonas Eleitorais)                |
| 5. Manutenção do Telhado – Piripiri (11ª Zona Eleitoral)                         |
| 6. Manutenção do Telhado do Edifício Sede.                                       |
| 7. Manutenção e Melhorias (Reforma Geral) - Barras (06ª Zona Eleitoral).         |

Sob a perspectiva do interesse público, o problema central a ser resolvido é a necessidade de assegurar a capacidade plena e as condições de funcionamento contínuo, seguro e confiável das instalações prediais do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí (TRE-PI). Com o uso contínuo e o desgaste natural, as edificações exigem intervenções técnicas planejadas para avaliar e corrigir patologias por meio de laudos periciais, modernizar sistemas complementares (tais como instalações elétricas, hidrossanitárias, lógicas, climatização e prevenção de incêndios) e readequar espaços para atender a novos programas de necessidades funcionais.

A elaboração de um projeto dessa natureza requer conhecimentos técnicos multidisciplinares nas áreas de engenharia civil, arquitetura, engenharia elétrica e engenharia mecânica. É imprescindível garantir que o projeto atenda às normas técnicas vigentes, diretrizes ambientais, de acessibilidade, mobilidade, drenagem pluvial, além de contemplar soluções sustentáveis e integradas ao espaço físico de cada unidade beneficiárias. Além disso, o projeto executivo é essencial para a definição precisa dos serviços a serem executados, quantitativos de materiais, cronograma físico-financeiro e orçamentos, o que permite a adequada instrução do processo licitatório para a contratação da obra. A ausência de um projeto completo e bem elaborado pode acarretar atrasos, aditivos contratuais, aumento de custos e comprometimento da qualidade ambiental dos imóveis.

Esta contratação se justifica pelo fato de o TRE não dispor de equipamentos e servidores especialistas na elaboração de todos os projetos da área de engenharia civil, assim a contratação deverá ser feita por execução indireta.

Além do fato de que é dever desta Administração promover com qualidade de suas atividades finalísticas, garantindo a segurança de todas as pessoas que adentrem nos imóveis de sua posse e, ainda zelar pela integridade do seu patrimônio.

Faz-se, também, necessária a contratação de pessoa jurídica especializada na prestação dos serviços em comento, pois nos imóveis sob a guarda desta Especializada há inúmeros equipamentos sensíveis, dados, mobiliárias, dentre outros que a contratação em tela há de propiciar ambientes adequados às normas vigentes de ocupação de imóveis públicos.

A contratação que se pretende realizar possui não possui, estritamente, caráter continuado, pois a sua interrupção não compromete o desenvolvimento das atividades exercidas no âmbito desta Justiça. Contudo, como muitas ações relativas à necessidade de manutenção predial têm caráter de imprevisibilidade, não podendo ser prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133 de 2021, desde que atendidas as exigências que forem contratualmente estabelecidas.

Semelhante à contratação realizada no ano de 2022, que foi exitosa na descrição dos serviços previstos na sua execução, entendemos ser o suficiente para atendimento das nossas demandas.

Os serviços que serão contratados são considerados serviços comuns de engenharia, pois enquadram-se nos termos da alínea "a", inciso XXI, do art. 6º, da Lei 14.133/2021:

XXI - **serviço de engenharia: toda atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse para a Administração e que, não enquadradas no conceito de obra a que se refere o inciso XII do caput deste artigo, são**

estabelecidas, por força de lei, como privativas das profissões de arquiteto e engenheiro ou de técnicos especializados, que compreendem:

a) **serviço comum de engenharia: todo serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade**, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens;

b) **serviço especial de engenharia**: aquele que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não pode se enquadrar na definição constante da alínea “a” deste inciso;

Considerando que o objeto, pelas suas características, classifica-se como serviços comum de engenharia a modalidade licitatória aplicável é o Pregão Eletrônico, que visa a ampliação da competitividade e a agilidade da contratação, baseada no inciso I e § único do art. 28, da Lei 14.133/2021.

Art. 28. São modalidades de licitação:

**I - pregão;**

II - concorrência;

III - concurso;

IV - leilão;

V - diálogo competitivo.

A Lei 14.133/2021 em seu art. 29 estabelece que o pregão poderá ser adotado sempre que o “objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos por edital”, ou seja, excluindo-se os bens e serviços especiais e serviço especial de engenharia, pela característica da complexidade.

Art. 29. A concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 desta Lei, adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

Parágrafo único. **O pregão não se aplica às contratações de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual e de obras e serviços de engenharia, exceto os serviços de engenharia de que trata a alínea “a” do inciso XXI do caput do art. 6º desta Lei.**

O enquadramento do objeto observou a Orientação Normativa nº 54 da AGU:

Compete ao agente ou setor técnico da Administração declarar que o objeto licitatório é de natureza comum para efeito de utilização da modalidade de pregão e definir se o objeto corresponde a obra ou serviço de engenharia, sendo atribuição do órgão jurídico analisar o devido enquadramento da modalidade licitatória aplicável.

O enquadramento como serviço comum de engenharia foi realizado pela Seção de Engenharia e Manutenção Predial do TRE-PI, do qual destacamos os principais pontos:

- Os padrões de desempenho e qualidade desses serviços podem ser objetivamente definidos em edital, por meio de especificações usuais no mercado.
- Os serviços são executados segundo protocolos, métodos e técnicas conhecidos e determinados em normas expedidas pelas entidades regulamentadoras.
- A qualidade do trabalho é atestada por meio do confronto com normas técnicas e profissionais pré-estabelecidas e, embora possa haver variações metodológicas, estas não são determinantes para a obtenção do resultado desejado pela administração.
- O fato de o objeto exigir capacitação técnica específica não é suficiente, por si só, para excluí-lo do conceito de “bem ou serviço comum”.

“O emprego da modalidade pregão, como regra para a contratação de serviços de engenharia consultiva, supervisão e elaboração de projetos de obras, não exclui o modelo tradicional de licitação por melhor técnica ou técnica e preço, para o caso de trabalhos de alta complexidade que não possam ser enquadrados como comuns e, portanto, ter padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais, segundo reconhecimento e justificativa prévia do contratante.”(Acórdão 1092/2014-Plenário).

O Pregão Eletrônico pode ser tradicional ou por meio do Sistema de Registro de Preços – SRP.

Em um pregão tradicional, a licitação tem por finalidade uma compra ou contratação específica. Após o procedimento licitatório e assinatura do contrato administrativo, o objeto é entregue ou executado e o processo é encerrado.

Por outro lado, a licitação por SRP destina-se a registrar preços de fornecedores, que assumem o compromisso de entregar os bens ou executar os serviços durante todo o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços e nas condições nela estipuladas, para contratações eventuais

futuras, que poderão ocorrer quantas vezes forem necessárias, dentro do prazo de validade da ata, respeitadas as condições nela estipuladas.

O art. 6º, inciso XLV da Lei 14.133/2021 considera:

XLV - sistema de registro de preços: conjunto de procedimentos para realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal de preços relativos a prestação de serviços, a obras e a aquisição e locação de bens para contratações futuras;

Nesta contratação optou-se pela adoção do sistema de registro de preços com base na autorização disposta no § 5º do art. 82 e art.85 da Lei 14.133/2021:

Art. 82. O edital de licitação para registro de preços observará as regras gerais desta Lei e deverá dispor sobre:

I - as especificidades da licitação e de seu objeto, inclusive a quantidade máxima de cada item que poderá ser adquirida; II - a quantidade mínima a ser cotada de unidades de bens ou, no caso de serviços, de unidades de medida;

III - a possibilidade de prever preços diferentes:

a) quando o objeto for realizado ou entregue em locais diferentes;

b) em razão da forma e do local de acondicionamento;

c) quando admitida cotação variável em razão do tamanho do lote;

d) por outros motivos justificados no processo;

IV - a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, obrigando-se nos limites dela;

V - o critério de julgamento da licitação, que será o de menor preço ou o de maior desconto sobre tabela de preços praticada no mercado;

VI - as condições para alteração de preços registrados;

VII - o registro de mais de um fornecedor ou prestador de serviço, desde que aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação;

VIII - a vedação à participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital;

IX - as hipóteses de cancelamento da ata de registro de preços e suas consequências.

§ 1º O critério de julgamento de menor preço por grupo de itens somente poderá ser adotado quando for demonstrada a inviabilidade de se promover a adjudicação por item e for evidenciada a sua vantagem técnica e econômica, e o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos deverá ser indicado no edital.

§ 2º Na hipótese de que trata o § 1º deste artigo, observados os parâmetros estabelecidos nos §§ 1º, 2º e 3º do art. 23 desta Lei, a contratação posterior de item específico constante de grupo de itens exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou entidade.

§ 3º É permitido registro de preços com indicação limitada a unidades de contratação, sem indicação do total a ser adquirido, apenas nas seguintes situações:

I - quando for a primeira licitação para o objeto e o órgão ou entidade não tiver registro de demandas anteriores; II - no caso de alimento perecível;

III - no caso em que o serviço estiver integrado ao fornecimento de bens.

§ 4º Nas situações referidas no § 3º deste artigo, é obrigatória a indicação do valor máximo da despesa e é vedada a participação de outro órgão ou entidade na ata.

§ 5º O sistema de registro de preços poderá ser usado para a contratação de bens e serviços, **inclusive de obras e serviços de engenharia**, observadas as seguintes condições:

I - realização prévia de ampla pesquisa de mercado;

II - seleção de acordo com os procedimentos previstos em regulamento;

III - desenvolvimento obrigatório de rotina de controle; IV - atualização periódica dos preços registrados;

V - definição do período de validade do registro de preços;

VI - inclusão, em ata de registro de preços, do licitante que aceitar cotar os bens ou serviços em preços iguais aos do licitante vencedor na sequência de classificação da licitação e inclusão do licitante que mantiver sua proposta original.

Art. 85. **A Administração poderá contratar a execução de obras e serviços de engenharia pelo sistema de registro de preços, desde que atendidos os seguintes requisitos:**

I - existência de projeto padronizado, sem complexidade técnica e operacional; II - necessidade permanente ou frequente de obra ou serviço a ser contratado.

No sistema de registro de preços serão contratados serviços comuns de engenharia que se configuram como projetos comuns, podendo ser executados sem a necessidade de requisitos técnicos ou operacionais complexos quando utilizada mão de obra com especialidade no desenvolvimento dos projetos, observando-se as normas técnicas e profissionais pré-estabelecidas para a profissão de engenheiro/arquiteto.

Conforme art. 3º do Decreto 11.462/2023 o SRP pode ser adotado nas seguintes situações:

Art. 3º O SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial:

I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;

**II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas** ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;

IV - quando for atender a execução descentralizada de programa ou projeto federal, por meio de compra nacional ou da adesão de que trata o § 2º do art. 32; ou

V - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

A presente contratação considera as seguintes disposições legais:

- Por se tratar de demandas que abrangem a execução de serviços de elaboração de projetos de diversos, que servirão de apoio e suporte para realização de futuras manutenções e/ou reformas das edificações no âmbito do TRE-PI, quando solicitados.
- É conveniente que a contratação de serviços se dê por demanda, de forma parcelada, uma vez que serão definidas prioridades ao longo do exercício financeiro, considerando também a liberação de recursos financeiros;
- A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente é exigida para a formalização do contrato;
- A contratação atenderá a mais de uma unidade da Justiça Eleitoral.

Dessa forma o registro de preços é, motivadamente, a solução mais eficiente.

A adoção do SRP para obras e serviços de engenharia proporcionará celeridade às demandas, simplificando as contratações, além de proporcionar uma redução de gastos e um aumento da eficiência, evitando a multiplicidade de licitações com o mesmo objeto e contribuindo para a racionalização administrativa. Ademais, a padronização tem como consequência a diminuição de erros no processo, melhorando assim a qualidade dos produtos gerados.

## 2. Previsão da Contratação no Plano de Contratações Anual

DESCRIÇÃO
A presente contratação não está prevista Plano de Contratações Anual (PCA 2026) – 0002552654, porém se faz necessária para se elaboração dos projetos e manutenção e melhorias citados no Item 1.

## 3. Requisitos da Contratação

DESCRIÇÃO
<p>A prestação dos serviços de elaboração de projetos básicos e executivos deverá observar rigorosamente uma série de exigências técnicas, legais, de acessibilidade e socioambientais, as quais estão detalhadas a seguir:</p> <p><b>Condições Gerais</b></p> <p>As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos.</p> <p>A textualidade das exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista serão aquelas fornecidas pelos modelos de documentos disponibilizados pela Advocacia Geral da União.</p> <p>Nas condições estabelecidas, a futura contratada deverá executar os serviços com presteza e qualidade técnica, entregando os produtos em concordância com os requisitos inerentes a cada atividade definida no contrato.</p>

A Contratada deverá ser especializada no ramo e possuir experiência comprovada na execução do serviço.

Deverá disponibilizar equipe técnica qualificada, devidamente registrada, para a prestação dos serviços, bem como os demais materiais, peças, ferramentas e equipamentos necessários à execução das atividades;

A empresa contratada deverá ter disponibilidade de equipamentos, ferramentas, instalação física apropriada e específica, e pessoal técnico especializado, com registro no conselho de classe profissional equivalente ao profissional indicado, para o cumprimento do objeto da licitação, utilizando mão de obra especializada, devendo a contratada estar ciente e aplicar as Normas Técnicas da ABNT e legislação vigente normas técnicas gerais exigidas pelo conselho de classe profissional equivalente ao profissional indicado, na execução do respectivo serviço contratado.

Custos referentes a deslocamentos, hospedagem, diárias, alimentação, e outros necessários à participação dos profissionais da Contratada ou para visitas técnicas ao(s) local(is) da(s) execução(ões) do(s) serviço(s) serão de exclusiva responsabilidade da Contratada.

A Contratada só poderá solicitar medição de seus serviços após conclusão da respectiva etapa, quando será realizada a lavratura do termo de recebimento provisório daquela etapa por parte da Fiscalização.

Os valores referentes a taxas de aprovações de projetos serão custeados pela Contratada.

#### **Sustentabilidade**

As soluções e projetos devem promover o menor impacto possível sobre os recursos naturais e garantir a máxima eficiência energética e econômica de manutenção, em conformidade com a Instrução Normativa nº 01/2010 da SLTI e o Decreto nº 7.746/2012. O dimensionamento das soluções deve priorizar o aproveitamento da iluminação e ventilação naturais, a adoção exclusiva de luminárias LED, o reuso e aproveitamento de águas pluviais, bem como o emprego de materiais reciclados, biodegradáveis e preferencialmente de origem local. Exige-se também a observância da política de logística reversa para a disposição de resíduos (Lei nº 12.305/2010).

#### **Acessibilidade**

Todos os projetos de construção, reforma, adaptação ou locação de imóveis do TRE-PI devem prever configurações espaciais acessíveis às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. A adoção do desenho universal e das adaptações razoáveis é mandatória, obedecendo às determinações da Resolução CNJ nº 401/2021 e da norma técnica ABNT NBR 9050:2020.

#### **Condições de Execução e Mão de Obra**

O regime adotado para esta contratação será o de empreitada por preço unitário, com prestação de serviços exclusivamente sob demanda. Os serviços não envolverão mão de obra em regime continuado, tampouco demandarão dedicação exclusiva de profissionais ao TRE-PI. A contratada é obrigada a fornecer aos seus empregados os Equipamentos de Proteção Individual (EPI), seguindo rigidamente a Norma Regulamentadora nº 6 (NR 6) e demais disposições de Segurança e Saúde do Trabalho.

#### **Capacidade de Atendimento Simultâneo**

A contratada deverá possuir estrutura técnica, pessoal e aparelhamento suficientes para o desenvolvimento simultâneo de até 03 (três) Ordens de Serviço ativas em diferentes unidades da Justiça Eleitoral, sem que haja comprometimento dos prazos ou da qualidade técnica

#### **Subcontratação**

Admite-se a subcontratação parcial de no máximo 25% (vinte e cinco por cento) do valor total de cada Ordem de Serviço, e apenas para a realização de disciplinas complementares. É terminantemente proibida a subcontratação da coordenação técnica geral e da elaboração do Projeto Básico e Executivo de Arquitetura, que configuram o núcleo principal do serviço. Qualquer pedido de subcontratação precisará de autorização prévia e formal do TRE-PI, mediante submissão de justificativa técnica, acervo do profissional a ser subcontratado e regularidade da empresa terceira.

#### **Garantia da Contratação**

Para a presente contratação, não será exigida a prestação de garantia contratual prevista no art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, em razão da natureza dos serviços e da forma de pagamento vinculada à entrega e aceitação dos produtos

A opção pela não exigência de garantia contratual fundamenta-se no Art. 96, caput, da Lei nº 14.133/2021, considerando a natureza intelectual dos serviços de engenharia consultiva e o modelo de execução sob demanda (Sistema de Registro de Preços). Visto que o objeto consiste na elaboração de projetos e laudos técnicos, cujo pagamento é condicionado à entrega e aprovação definitiva dos produtos (regime de medição por produto entregue), a Administração não incorre em risco de desembolso antecipado. Ademais, o baixo valor médio das Ordens de Serviço tornaria a gestão de micro-apólices de garantia excessivamente onerosa e ineficiente, sem ampliar a segurança jurídica, que permanece resguardada pelos mecanismos de retenção em nota fiscal, aplicação de Instrumento de Medição de Resultado (IMR) e sanções de impedimento de licitar.

#### **Garantia e Nível de Serviço**

Dada a natureza da contratação, não será exigida a garantia contratual formal prevista no art. 96 da Lei nº 14.133/2021. O controle da execução, no entanto, ocorrerá via Instrumento de Medição de Resultado (IMR), que avaliará parâmetros como cumprimento de prazos, qualidade

dos projetos elaborados (índice de retrabalho e revisões) e disponibilidade de atendimento ao órgão. O não atingimento das metas no IMR resultará em glosas diretas no pagamento das parcelas faturadas.

## Vistoria Prévia Facultativa

É facultado aos licitantes a realização de vistoria para verificação preliminar das unidades. A empresa que optar por não realizar a vistoria técnica prévia deverá assinar termo formal atestando pleno conhecimento das peculiaridades e condições de prestação dos serviços. Em nenhuma hipótese o não comparecimento poderá ser utilizado como justificativa para pleitear acréscimos ou alegar desconhecimento do objeto a ser contratado.

## Aprovações Formais e Licenciamentos

A empresa deverá providenciar as Anotações (ART) ou Registros de Responsabilidade Técnica (RRT) cabíveis junto ao CREA e/ou CAU para cada projeto entregue. Constitui também requisito essencial para o aceite definitivo a aprovação e regularização dos projetos pertinentes perante concessionárias públicas, Município, Corpo de Bombeiros e órgãos ambientais, com as respectivas taxas custeadas pela empresa contratada.

## Proteção de Dados e Sigilo

A contratada deverá assegurar a estrita conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD - Lei nº 13.709/2018), adotando as devidas providências para proteger dados pessoais e institucionais sigilosos. A ocorrência de acessos não autorizados, perdas ou incidentes deverá ser formalmente comunicada à Administração no prazo máximo de 24 horas.

### Requisitos de Qualificação Técnica Qualificação Técnico-Operacional e Técnico-Profissional

A empresa e seus profissionais deverão comprovar aptidão técnica (Atestados e Certidões de Acervo Técnico - CAT) na elaboração de projetos executivos em nível institucional, comercial ou residencial multifamiliar, abarcando os seguintes quantitativos mínimos:

800,00 m² para Projetos Arquitetônicos;

400,00 m<sup>2</sup> para Projetos de Estruturas;

800,00 m² para Projetos de Instalações Elétricas;

#### 4. Estimativas das Quantidades para a Contratação

A presente contratação de serviços de elaboração de projetos básicos e executivos de engenharia e arquitetura será realizada sob o Sistema de Registro de Preços (SRP), para execução sob demanda. Dessa forma, as quantidades estipuladas representam o limite máximo estimado para atender às necessidades de manutenção e reforma das edificações da Justiça Eleitoral do Piauí ao longo da vigência da ata.

As estimativas de quantidades a serem registradas, agrupadas por disciplina e unidade de medida, são:

- Mobilização e Desmobilização para Realização de Levantamentos: 6.000 km
- Levantamento Cadastral: 6.000 m²
- Laudo Pericial de Estruturas: 4.000 m²
- Projeto Básico de Arquitetura: 4.000 m²
- Projeto Executivo de Arquitetura: 4.000 m²
- Projeto Executivo de Fundações: 2.000 m²
- Projeto Executivo de Superestrutura em Concreto Armado: 2.000 m²
- Projeto Executivo de Estrutura de Cobertura: 2.500 m²
- Projeto Executivo de Recuperação e Reforço de Estruturas: 4.000 m²
- Projeto Executivo de Instalações Elétricas: 4.000 m²
- Projeto Executivo de Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas (SPDA): 2.000 m²
- Projeto Executivo de Cabeamento Estruturado (telefonia e lógica): 4.000 m²
- Projeto Executivo de CFTV e Cerca Eletrificada: 2.000 m²
- Projeto Executivo de Instalações de Ar-Condicionado: 4.000 m²
- Projeto Executivo de Instalações Hidrossanitárias: 2.000 m²
- Projeto Executivo de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico (PPCI): 4.000 m²
- Orçamento e Cronograma Físico-Financeiro: 5.000 m²

As quantidades estimadas para a contratação (medidas em quilômetros e metros quadrados) foram projetadas considerando o mapeamento físico de todas as unidades da Justiça Eleitoral do Piauí passíveis de intervenção. A memória de cálculo fundamenta-se nas seguintes premissas operacionais:

Cálculo da área de projetos e laudos (m²): A previsão de área levou em consideração o tamanho real das instalações do órgão. O somatório das áreas construídas das mais de 60 unidades, cartórios e depósitos espalhados pelo estado serve de lastro para as estimativas de m² de projetos. Destacam-se imóveis de maior porte, como o Edifício Sede (4.960,40 m²) e o Edifício Anexo (4.258,93 m²) em Teresina, até unidades de menor porte no interior (ex: 24ª ZE em José de Freitas com 90,91 m²). A base de contratação e medição está atrelada à "área construída da edificação em projeto" ou "área de intervenção" estrita, aplicando-se um redutor (fator de equivalência de 0,05) para áreas externas.

A estimativa de 6.000 km para mobilização e desmobilização baseia-se na somatória de prováveis percursos de ida e volta entre Teresina e as localidades do interior que demandarão vistorias e levantamentos. As distâncias utilizadas como parâmetro encontram-se tabeladas (ex: Picos a 313,10 km, São Raimundo Nonato a 521,90 km e Corrente a 842,70 km). Nos casos de rotas com múltiplas localidades, a quilometragem é calculada racionalmente a partir da localidade anterior, evitando cobranças cumulativas com partida da capital.

Ressaltamos que esses quantitativos são estimativos, não garantindo a sua efetiva execução e consequentemente direito ao recebimento. Os pagamentos serão feitos de acordo com os valores a serem contratados as medições que serão realizadas.

5. Levantamento de Mercado

DESCRIÇÃO
A prestação do serviço a ser contratado é atendida por um número razoável empresas do mercado, não existindo restrições de fornecedores para a prestação dos serviços.

Nas pesquisas que foram realizadas no Portal Nacional das Contratações Públicas identificamos que o procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço foi adotado em todas as contratações, divergindo apenas no fato da mão de obra da prestadora dos serviços ser residente ou não.

Ao realizarmos o levantamento das soluções de mercado para a contratação dos serviços, considerando simultaneamente as experiências em contratações anteriores, consultando-se editais de objetos similares de contratação em outras instituições públicas, constatou-se que existem duas soluções possíveis para a demanda:

**LEVANTAMENTO DE ALTERNATIVAS**

**ALTERNATIVA 01 - Contratação de empresa especializada para elaboração de projetos e posterior contratação para execução das obras**

Determinados serviços requerem conhecimentos técnicos especializados, habilitação e habilidades específicas para serem executados de forma eficiente e adequada. Os projetos objeto deste estudo, em parte, poderiam ser elaborados pela equipe técnica do quadro de pessoal do TRE-PI.

No entanto, a capacidade operacional se mostra extremamente limitada, tendo em vista outras atividades da equipe como a contratação, fiscalização, desenvolvimento de estudos e outras voltadas à gestão da infraestrutura. Além disso, há a limitação do quantitativo de servidores habilitados para a área de Engenharia Civil, restrita a apenas dois servidores. Outro ponto, é que dentre os projetos necessários existem projetos que a equipe não possui conhecimento técnico e experiência necessária para a execução a exemplo do projeto de instalações elétricas, climatização, iluminação etc. Assim, considera-se inviável a solução 1.

**ALTERNATIVA 02 - Contratação de empresa especializada para elaboração de projetos e posterior contratação para execução das obras**

Nesse aspecto, o setor privado, através das licitações e contratos administrativos, oferece a possibilidade de acesso a empresas e profissionais especializados e com experiência na execução dos serviços necessários. Essas empresas, em tese, estão mais aptas a fornecer soluções inovadoras, melhores práticas, podendo proporcionar uma execução mais eficiente e de qualidade.

A contratação possibilitará a seleção de fornecedores e prestadores de serviços qualificados, por meio de critérios objetivos e previamente estabelecidos. Isso assegurará que o serviço seja executado por profissionais ou empresas com competência técnica comprovada, buscando-se garantir a qualidade das entregas e a efetividade das soluções.

Portanto, levando-se em consideração as características do objeto a ser contratado, entende-se como melhor solução a execução indireta apresentada na solução 2, por meio da contratação de empresa especializada em projetos de engenharia e arquitetura, tendo em vista que esta instituição não possui os meios necessários à concretização direta do objeto e que existem meios claros para definir os aspectos quantitativos e qualitativos do objeto a ser executado.

Por fim, foram analisados processos similares conduzidos por outros órgãos e entidades. Dentro de suas especificidades, verificou-se a adoção do modelo de contratação licitação, pregão eletrônico na forma eletrônica, com itens divididos em grupos/lotes, com critérios de julgamento por menor preço global e que os serviços pretendidos são ofertados por uma ampla quantidade de empresas.

A licitação será realizada em grupo único, formado por 17 itens, conforme tabela constante no Termo de Referência e Item 4 deste ETP, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

UASG	PROCESSO	OBJETO
Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região. UASG: 80020	Pregão Eletrônico Concorrência 90008/2025	Registro de preços para eventual contratação de empresa especializada de engenharia para elaboração e aprovação de projeto básico e executivo, memoriais, especificações, planejamento e planilha orçamentária com base em SINAPI, referentes à implantação de unidades da Justiça do Trabalho localizadas na jurisdição do TRT 18
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense. UASG: 158126	Pregão Eletrônico Concorrência 90011/2024	Registro de preços para Contratação de pessoa jurídica do ramo de engenharia ou arquitetura para, sob demanda, prestar serviços de elaboração de projetos básicos e executivos de construção de edificações e serviços de apoio à fiscalização/supervisão de obras e/ou reformas no IFSul.



Defensoria Pública do Estado do Mato Grosso. UASG 926947	PREGÃO ELETRÔNICO 90018/2024	Contratação empresa especializada em engenharia e/ou arquitetura para a prestação de serviços de sondagem de solo, levantamento topográfico, elaboração de projetos executivos de engenharia e arquitetura, bem como realização de planilhas orçamentárias e demais documentos técnicos para a caracterização das obras de construção dos EcoNúcleos, a serem implantados na Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia. UASG: 158411	Pregão Eletrônico Concorrência 90005/2024	Contratação de Empresa especializada para prestação de serviço contínuo sob demanda, sem dedicação exclusiva de mão de obra, para elaboração de estudos e projetos de engenharia e arquitetura para o Instituto Federal de Educação da Bahia - Campus Salvador

JUSTIFICATIVA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

Julga-se a Alternativa 2 como a melhor, e no caso da contratação objeto deste Estudo Técnico Preliminar, será adotado o Sistema de Registro de Preços, uma vez que haverá necessidade de contratações frequentes, é conveniente para a Administração a contratação dos serviços com entregas parceladas ao longo do período de vigência da ata de registro de preços, a demanda atenderá a todas as unidades da Justiça Eleitoral do Piauí.

Os novos projetos de manutenção e/ou reforma demandam significativo volume de peças técnicas, bem como à necessidade de tempo para seu desenvolvimento, e o TRE-PI não dispõe atualmente quadro de profissionais com todas as especialidades e suficientes para arcar com todos os trabalhos necessários.

Ademais, ressalta-se que devido ao reduzido número de servidores na área de engenharia/arquitetura pertencente ao quadro de pessoal desta Instituição, bem como inexistência de profissionais suficientes para a elaboração de todas as especificidades da grande quantidade de

6. Estimativa do Valor da Contratação

Portanto justifica-se a adoção do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nos termos do art. 3º do Decreto nº 11.462/2023
<p>O custo estimado total e máximo aceitável para a presente contratação é de <b>R\$ 456.780,00 (quatrocentos e cinquenta e seis mil, setecentos e oitenta reais)</b>.</p> <p>A presente contratação submete-se ao regime da Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos). Para a fixação dos preços de referência desta prestação de serviços técnicos de engenharia e arquitetura (elaboração de projetos), adotou-se a metodologia de pesquisa em contratações similares de outros entes públicos, o que encontra amparo direto no art. 23, § 1º e § 2º, da Lei nº 14.133/2021, cumulado com normativos infralegais da Administração Pública Federal (como a IN SEGES/ME nº 65/2021). Embora o orçamento das obras futuras utilize o SINAPI de forma prioritária, a orçamentação específica dos serviços de projetos e laudos desta licitação foi balizada pela utilização de preços praticados em outros contratos da Administração Pública, parâmetro este legalmente autorizado para compor a cesta de preços quando as tabelas referenciais não refletem a exata especificidade da base de contratação estipulada.</p> <p>Para a obtenção dos preços unitários referenciais de mercado, realizou-se uma ampla pesquisa de preços em painéis e contratações públicas similares. Os valores paradigmas foram extraídos de Atas de Registro de Preços (ARP) e Contratos (CT) vigentes em diversos órgãos, tais como: Prefeituras Municipais (Senador Canedo, Porto Barreiro, Matozinhos, Urussanga, etc.), TRT 4ª Região, TJ-MA, TJ-PA, TJ-PI, EBSERH-MG, Sec. Saúde DF, IF-RS, entre outros.</p> <p>A partir desta cesta de preços coletados, aplicou-se tratamento estatístico a cada item listado, extraindo-se parâmetros matemáticos rigorosos como a média, a mediana, o desvio padrão e o coeficiente de variação das amostras de mercado, conforme a metodologia definida pela Portaria Presidência Nº 826/2022 TRE/PRESI/DG/ASSDG, de 05 de setembro de 2022 (SEI 1633088) que determina a utilização do Manual de Orientação de Pesquisa de Preços do Superior Tribunal de Justiça - 4ª, Edição , Processo SEI 0015705-21.2022.6.18.8000. Esse saneamento garantiu que o preço de referência fixado fosse o mais equilibrado, seguro e vantajoso para a Administração. Os valores são fixos e irrevogáveis pelo período de um ano a contar da data-base do orçamento.</p> <p>Dá lastro a estes valores o seguinte documento acostado ao processo de contratação: Planilha de Pesquisa de Preços (0002701071): Documento demonstrativo que consolida as cotações públicas consultadas e exhibe a metodologia estatística e o coeficiente de variação adotados para a obtenção de cada preço estimado de referência.</p>

7. Descrição da Solução

DESCRIÇÃO
A presente solução consiste na contratação de serviços técnicos de elaboração de projetos básicos e executivos de engenharia e arquitetura, executados sob demanda e sem dedicação exclusiva de mão de obra, visando dar suporte às futuras obras de reforma e adequação

das edificações da Justiça Eleitoral do Piauí.

A contratação será instrumentalizada por meio de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, adotando-se o Sistema de Registro de Preços (SRP) e o regime de empreitada por preço unitário.

Abaixo, apresenta-se o detalhamento da dinâmica de execução, tecnologias exigidas, regras de medição e controle de qualidade, em conformidade com o Termo de Referência e seus anexos:

#### **Escopo Técnico (Anexo I - Caderno de Encargos)**

A solução abrange 17 itens, englobando disciplinas fundamentais como: levantamentos cadastrais, laudos periciais de estruturas, projetos arquitetônicos, estruturais (fundações, concreto armado, coberturas e reforços), instalações elétricas, hidrossanitárias, climatização, prevenção a incêndio (PPCI), SPDA, cabeamento estruturado e CFTV, além da confecção de orçamentos e cronogramas físico-financeiros.

O Anexo I - Caderno de Encargos é o documento técnico basilar da contratação, responsável por estabelecer o conjunto de diretrizes, critérios, condições e procedimentos obrigatórios para a execução, fiscalização e controle dos serviços de elaboração de projetos e estudos preliminares. Ele garante que os projetos possuam elementos necessários e suficientes para caracterizar as futuras obras da Justiça Eleitoral, pautando-se em princípios de segurança, funcionalidade, economia, durabilidade e redução de impactos ambientais.

Abaixo, apresenta-se a estruturação detalhada de suas exigências:

#### **Tecnologias Empregadas e Softwares**

Para conferir produtividade e mitigar interferências entre as diversas disciplinas, o caderno estipula exigências tecnológicas rigorosas:

- BIM (Building Information Modeling): Deve-se adotar preferencialmente a tecnologia BIM na modelagem, em atendimento ao Decreto Federal nº 10.306/2020.
- Softwares de Projeto e Texto: Exige-se o uso preferencial da suíte Autodesk (Revit, AutoCAD) ou sistemas equivalentes que gerem arquivos RVT e DWG totalmente compatíveis com a Seção de Engenharia do TRE-PI. Documentos de texto e memórias devem ser entregues em formatos editáveis (DOCX, ODT, XLSX) e em PDF.
- Orçamentação: A elaboração de orçamentos e cronogramas utilizará, preferencialmente, o software Orçafascio.

#### **Padrões de Apresentação e Entrega**

Toda a troca de informações entre a Fiscalização e a Contratada ocorrerá via sistema de "nuvem" mantido pela empresa. A documentação técnica final deverá possuir:

- Identificação completa, código, tábuas de revisões e assinatura digital do responsável técnico (CREA/CAU) em todas as pranchas e documentos.
- A entrega final aprovada ocorrerá via e-mail institucional, mídia física (pendrive) e vias impressas.
- A diagramação das memórias e textos ocorrerá em formato A4, enquanto os projetos deverão ser entregues também em formato A2 (sem dobras e encadernados com índice) para manuseio em obra.

#### **Produtos Mínimos Exigidos por Disciplina (Escopo Técnico)**

O Caderno detalha exaustivamente as tarefas para cada um dos 17 itens da contratação:

- Mobilização e Levantamentos: Regula o pagamento de despesas logísticas (transporte, hospedagem, etc.) de forma única por localidade (ida e volta). Exige levantamento cadastral minucioso, contendo plantas de situação/baixa, cortes, fachadas, registros fotográficos e diagnóstico de patologias.
- Laudo Pericial de Estruturas: Determina o estudo da capacidade de carga, ensaios (destrutivos e não destrutivos) e identificação de patologias com base nas normas ABNT (ex: NBR 6118, 6120, 6122), embasando os projetos de reforço estrutural.
- Projetos de Arquitetura (Básico e Executivo): Envolve a concepção do layout, cumprimento rigoroso das normas de acessibilidade (NBR 9050) e adoção de convenção de cores normatizada para as obras de reforma (vermelho para "A Construir", amarelo para "A Demolir" e preto para "Existente").
- Projetos de Estruturas: Engloba Fundações (com detalhamento de escavações e impermeabilização), Concreto Armado (fck máximo recomendado de 30 Mpa, fôrmas, armaduras) e Coberturas (metálicas ou de madeira, exigindo tratamento contra fungos e insetos xilófagos).
- Projetos Complementares: Padroniza as entregas executivas de Instalações Elétricas (incluindo iluminação em LED e aprovação em concessionária), SPDA (Gaiola de Faraday ou Franklin), Cabeamento Estruturado (voz e dados), CFTV, Climatização e Instalações Hidrossanitárias (água fria, esgoto, águas pluviais).

- Projeto de Prevenção e Combate a Incêndio (PPCI): Exige elaboração e tramitação do projeto legal para aprovação junto ao Corpo de Bombeiros do Piauí.

### **Regras para Orçamentos e Cronogramas Físico-Financeiros**

A elaboração da peça orçamentária é um dos pontos mais sensíveis e detalhados do anexo:

- Bancos de Referência: O orçamento deve utilizar obrigatoriamente a publicação mais recente do SINAPI (Piauí), adotando a condição (com ou sem desoneração) mais vantajosa para a Administração.
- Tabelas auxiliares (SEINFRA-CE, ORSE-SE) servirão apenas como referência técnica de coeficientes, ou como pesquisa de mercado (sendo exigido adequar o insumo para os códigos equivalentes do SINAPI).
- Pesquisa de Mercado: Para itens não previstos no SINAPI, exige-se pesquisa com no mínimo 3 cotações.
- Apresentação: O orçamento deve ser analítico, com composições de custos unitários abertas, detalhamento do BDI (conforme Acórdão TCU 2622/2013) e encargos sociais, não sendo admitido o uso de "verbas" genéricas.
- Cronograma e Memoriais: O cronograma físico-financeiro é obrigatório independentemente do prazo da obra. Os memoriais descritivos devem ser padronizados e especificar os materiais e métodos de execução de forma clara

### **Dinâmica e Etapas de Execução (Termo de Referência)**

A prestação dos serviços ocorrerá por meio da emissão de Ordens de Serviço (OS), podendo a contratada ser instada a executar até 03 (três) OSs ativas simultaneamente. O ciclo de entrega de cada projeto é rigidamente segmentado em 3 etapas:

Etapas 01 – Levantamentos e Laudos de Vistoria: Realização de visitas técnicas nas unidades listadas no Anexo III (mais de 60 localidades no estado). Envolve o levantamento métrico, fotográfico, cadastral e o diagnóstico pericial das estruturas.

Etapas 02 – Projeto Básico e Executivo: Concepção arquitetônica e engenharias complementares. Por se tratar majoritariamente de reformas, a entrega dos níveis básico e executivo ocorrerá de forma unificada, conferindo maior celeridade. As disciplinas complementares serão desenvolvidas diretamente em nível executivo.

Etapas 03 – Pós-entrega dos Projetos: Compreende o suporte técnico à Administração durante a fase de licitação da obra decorrente dos projetos elaborados, manifestando-se formalmente sobre questionamentos, pedidos de esclarecimento e impugnações técnicas ao edital que versem sobre o projeto.

### **Prazos e Ciclo de Avaliação Técnica**

Os prazos de execução são proporcionais ao porte da edificação:

Pequeno Porte (até 500 m²): 15 dias corridos para a Etapa 01 e 40 dias corridos para a Etapa 02.

Médio/Grande Porte (acima de 500 m²): 20 dias corridos para a Etapa 01 e 60 dias corridos para a Etapa 02.

A avaliação da qualidade será rigorosa. Após a entrega, a Fiscalização fará uma análise preliminar em até 03 dias úteis, podendo rejeitar liminarmente o produto caso seja considerado manifestamente genérico ou incompleto. Sendo aceito para análise de mérito, a contratada terá o limite máximo de 02 (duas) rodadas de correção (com prazo de 5 dias úteis cada) para sanar apontamentos. A rejeição após a terceira submissão ensejará inexecução e sanções contratuais.

### **Rotina de Execução dos Serviços**

A execução dos serviços solicitados obedecerá a um fluxo rigoroso de comunicação, reuniões e entregas de prévias, garantindo o alinhamento constante com a Administração:

A partir do recebimento da Ordem de Serviço (OS), a contratada terá o prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis para indicar um preposto atuante em Teresina-PI, fornecer a relação da equipe técnica responsável (com nomes, e-mails e telefones) e participar de uma reunião inicial de alinhamento com os fiscais do contrato e o gestor.

Caso existam Ordens de Serviço concomitantes, a contratada deverá manter equipes técnicas individualizadas para cada uma ou comprovar, mediante cronograma integrado, que a equipe compartilhada tem capacidade para atender a todas as demandas nos prazos. Qualquer risco ao cumprimento simultâneo dos cronogramas deve ser imediatamente comunicado à Fiscalização.

Reuniões ordinárias ocorrerão sempre que necessário, sendo encargo da contratada secretariá-las e emitir as respectivas atas. A participação por videoconferência é permitida se autorizada previamente. Todos os custos com deslocamento, hospedagem, diárias e alimentação para a participação dos profissionais nas reuniões e visitas correm por conta exclusiva da contratada. Da mesma forma, as taxas de aprovação de projetos e anotações de responsabilidade técnica (ART/RRT) são custeadas pela empresa.

Durante a fase de elaboração, eventuais dúvidas ou consultas técnicas pontuais acerca das diretrizes dos projetos e demais peças técnicas poderão ser encaminhadas pelo elaborador da disciplina, para o e-mail da Seção de Engenharia e Manutenção Predial do TRE-PI (seemp@tre-

pi.jus.br), endereçadas aos Fiscais Técnicos da CONTRATANTE.

**Crítérios de Medição e Pagamento**

A sistemática de medição e faturamento da presente contratação atrela-se estritamente à verificação da quantidade e da qualidade dos serviços entregues, organizando-se nas seguintes etapas:

A base de contratação e medição dos serviços dará-se por meio de quilômetros (km) para mobilização/desmobilização de equipes e metros quadrados (m²) para levantamentos, laudos e projetos (área construída em projeto ou de projeção, aplicando-se redutores para áreas externas).

A avaliação da execução utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), que autoriza a aplicação de glosas e retenções proporcionais no pagamento caso a empresa não atinja os prazos, exija múltiplas rodadas de retrabalho para aprovação dos projetos ou deixe de prestar o suporte adequado.

**Recebimento Provisório e Definitivo**

Recebimento Provisório: Ocorrerá no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do recebimento da comunicação de cobrança enviada pela contratada ao final de cada etapa da OS . Os fiscais técnico e administrativo emitirão termo detalhado comprovando a entrega . Caso sejam verificadas pendências, vícios ou incorreções, a contratada fica obrigada a repará-las às suas expensas, não sendo atestada a medição até o saneamento total.

Recebimento Definitivo: Dar-se-á no prazo de até 15 (quinze) dias após o recebimento provisório (e eventuais correções), por servidor ou comissão designada, mediante termo detalhado. É condição indispensável para a finalização da etapa e o pagamento que os autores dos projetos cedam os Direitos Autorais patrimoniais das soluções ao TRE-PI. Após esse trâmite, a empresa será comunicada para emitir a Nota Fiscal.

**Bases de Contratação e Subcontratação (Anexos II e TR)**

Bases de Contratação: Conforme o Anexo II, as faturas serão medidas objetivamente a partir de duas unidades: os quilômetros (km) percorridos de Teresina até a localidade para vistorias, e a área de intervenção em metros quadrados (m²) estipulada para a feitura dos projetos e laudos.

Subcontratação: É autorizada a subcontratação de no máximo 25% (vinte e cinco por cento) do valor total de cada OS, restrita exclusivamente às disciplinas de engenharia complementar. É expressamente vedado subcontratar a elaboração do Projeto de Arquitetura e a coordenação geral dos trabalhos.

**8. Justificativas para o Parcelamento ou Não da Contratação**

DESCRIÇÃO

Embora a regra geral das licitações recomende o parcelamento do objeto para estimular a competitividade e aproveitar os recursos do mercado de forma econômica, o desenvolvimento de projetos de engenharia e arquitetura possui uma natureza altamente colaborativa. Dividir essas disciplinas entre empresas distintas, sem uma coordenação unificada, gera sérios problemas de gestão documental e falhas na compatibilização dos projetos.

Para a solução apresentada neste estudo, observa-se a inviabilidade técnica de parcelamento do objeto quanto às disciplinas de projeto, tendo em vista que a divisão das disciplinas entre diversas empresas distintas, sem uma coordenação única, implicaria em dificuldade de compatibilização dos projetos e, ainda, em dificuldade gerencial de organização dos procedimentos e documentos. Além disso, os projetos das diversas disciplinas devem manter uma padronização de elementos e de especificações construtivas, dentro, evidentemente, de suas particularidades.

Ainda que seja regra o parcelamento das soluções a serem contratadas, essa não é absoluta, visto que a eventual divisão do objeto por itens pode acarretar prejuízo para o conjunto da solução. Logo, ainda que o processo seja constituído de etapas, não é possível fragmentá-lo em contratações diversas que envolvem o risco de inviabilizar a execução satisfatória ou incompatibilidades.

Ademais, se os projetos que envolvem o objeto forem realizados por várias empresas, há o risco de eventual indisponibilidade técnica ou contratual de uma delas implicar na paralisação geral do serviço ou a falta de compatibilização entre as disciplinas, gerando severos prejuízos.

Portanto, frente às peculiaridades de organização, padronização, fiscalização e controle dos serviços, partes de uma solução única a ser entregue, considera-se inviável o parcelamento da solução a ser contratada.

### **Conclusão**

Dessa forma, a união da contratação por grupos de disciplinas elevará substancialmente a qualidade dos projetos entregues. Essa estratégia proporciona à Administração Pública uma contratação mais eficiente, bem planejada e econômica, tanto do ponto de vista técnico, administrativo ou econômico.

Não haverá prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala relevante. Não haverá restrição à competitividade, uma vez que os serviços admitem a ampla participação de licitantes, considerando que se trata de serviços usuais de engenharia, sendo executados por muitas empresas do mercado piauiense.

Além disso, havendo várias empresas a executar os serviços, pois técnica e economicamente se demonstra viável, não corremos o risco de, em havendo problemas de natureza fiscal, jurídica, administrativa e econômica em determinada contratada, os demais serviços não sofrerem impactos.

Assim, afasta-se o caráter de contratação por item para os serviços em comento.

## **9. Demonstrativo dos Resultados Pretendidos**

DESCRIÇÃO

Contribuir para execução orçamentária de 206 e 2027; com execução orçamentária; com as práticas de sustentabilidade na execução dos serviços aqui estudados, devendo observar à Portaria Presidência Nº 683/2021 TRE/PRESI/DG, de 18 de outubro de 2021, SEI 1358759, que instituiu o Plano de Logística Sustentável do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí (PLS/TRE-PI) para o ciclo 2021-2026, SEI 1358737.

Com esta contratação, a Administração pretende aumentar a vida útil dos seus imóveis, mantê-los em pleno funcionamento, o que proporcionará uma melhor proteção deles e dos equipamentos neles instalados, além de proporcionar aos usuários internos e externos um ambiente seguro e saudável.

Os resultados esperados pela contratação dos serviços objeto deste estudo é a melhoria do bem-estar do público interno e externo que frequenta as dependências do Edifício Sede do TRE-PI, oferecendo condições para um melhor desempenho de suas atividades laborais, pois com o funcionamento adequado dos sistemas civis e demais o que traz tranquilidade aos que frequentam as dependências das diversas unidades desta Justiça. A equipe responsável pelo planejamento da contratação espera contratar empresas idôneas, do ramo de atividade do objeto e com capacidade técnica para executar os serviços, a fim de atender plenamente as demandas apresentadas, por valores justos e condizentes com os valores praticados no mercado, respeitando os princípios da administração pública.

Promover a elaboração de projetos de arquitetura e complementares, a fim de possibilitar o pleno atendimento das metas previstas no Plano de Obras e consolidação da Justiça Eleitoral do PIAUÍ, adequando a infraestrutura e promovendo melhorias ao público usuário.

A contratação também busca viabilizar maior economia e rapidez na execução dos projetos, tendo em vista as manutenções contempladas pelo PAC 2026.

Assim, espera-se o atendimento das demandas de elaboração de projetos, redução do desperdício de recursos naturais e financeiros, rapidez no atendimento dos serviços, melhoria do ambiente para servidores e usuários, otimização de custos processuais e administrativos de gerenciamento do processo de contratação, gestão e fiscalização do contrato.

Além disso, os serviços a serem contratados têm a premissa de preservar e/ou restabelecer as condições ideais e de segurança da estrutura física dos imóveis beneficiários dos projetos, atendendo às normativas vigentes e assegurando o funcionamento adequado das atividades na Instituição.

Os serviços contribuirão, ainda, para garantir uma instituição mais sustentável, corrigindo vícios que implicam no desperdício de água, energia elétrica, dentre outros.

Os benefícios e resultados pretendidos abrangem também, dentre outros: pleno funcionamento das instalações e sistemas; adequado dimensionamento das instalações e sistemas; eficiência no atendimento das demandas; redução de custos de manutenção; planejamento dos custos e a redução dos desperdícios.

### 10. Providências a Serem Adotadas pela Administração

DESCRIÇÃO
<p>O TRE, por meio das suas fiscalizações, deverá prover os devidos acessos à Contratada, de modo que ela possa executar satisfatoriamente os serviços, inclusive definindo horários, formas de acesso etc.</p> <p>Nos termos do art. 117 da Lei 14.133/2021, a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração, especialmente designados, devendo ser indicados servidores com conhecimento técnico para acompanhar e fiscalizar a entrega dos projetos.</p> <p>Nos termos de governança, gestão de riscos e de controle preventivo previstos na Lei 14.133/2021, o TRE deverá promover eventos de capacitação para os servidores efetivos designados para o desempenho das funções essenciais ao tema de licitação e contratos, incluídos cursos presenciais e a distância, redes de aprendizagem, seminários e congressos sobre contratações públicas.</p>

### 11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

DESCRIÇÃO

Contratações correlatas são aquelas que guardam relação com o objeto principal, interligando-se a essa prestação do serviço, mas que não precisam, necessariamente, ser adquiridas para a completa prestação do objeto principal.

Contratações interdependentes são aquelas que precisam ser contratadas combinadas ao objeto principal para sua completa prestação.

Não se verifica a necessidade de contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

12. Impactos Ambientais e Respectivas Medidas Mitigadoras

DESCRIÇÃO
<p>Impactos ambientais são as alterações no ambiente causadas pelas ações humanas. Os impactos ambientais podem ser considerados positivos e negativos. Os impactos negativos ocorrem quando as alterações causadas geram risco ao ser humano ou para os recursos naturais encontrados no espaço. Por outro lado, os impactos são considerados positivos quando as alterações resultam em melhorias ao meio ambiente.</p> <p>A presente contratação visa gerar impactos ambientais positivos, uma vez que a CONTRATADA deverá atender no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental previstos na Instrução Normativa SLT/MPOG n.º 01, de 19/01/2010, assim como exercer práticas de sustentabilidade previstas no Termo de Referência e na Resolução TRE/PI Nº 435/2021.</p> <p>A Contratada deverá adotar, ainda as disposições da Resolução Conama nº 362, de 23 de junho de 2005 Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, para que seja assegurada a viabilidade técnica e o adequado tratamento dos impactos ambientais específicos e respeitar as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela ABNT sobre resíduos sólidos.</p> <p>Registra-se que a prestação do serviço em tela não possui potencial de acarretar impacto ambiental, haja vista tratar-se de serviços técnicos profissionais.</p> <p>Deverá ainda proceder com a utilização racional de recursos naturais, como água, energia e agregados miúdos e graúdos. Utilizar sempre que possível inovações que reduzam o impacto ambiental e aumente a vida útil e menor manutenção do bem.</p>

13. Posicionamento Conclusivo

DESCRIÇÃO

Esta equipe de planejamento declara a contratação pretendida, com base no relatado neste Estudo Técnico:

Preliminarmente, viável tecnicamente sem restrições de natureza orçamentária (conforme item 3 acima) e, especialmente, para se evitar a perda constante do monitoramento e possibilidade de invasão de unidades administrativas, especialmente, os depósitos de material e equipamentos.

Declara, ainda, que a realização dos projetos que visam à manutenção e melhoria dos sistemas civis desta Justiça Eleitoral é indispensável e recompensadora, pois:

Otimiza a eficiência do sistema, tendo em vista que os imóveis em bom funcionamento garantem conforto e proteção física de todos os usuários;

Maximiza ganhos financeiros, tendo em vista que manter cada sistema em ordem evitará gastos com intervenções de maior porte.

Preserva a longa vida útil dos sistemas instalados nos imóveis.

Evita defeitos e perda de garantia de equipamentos instalados nos citados imóveis.

Este estudo preliminar evidencia que a contratação da solução ora descrita se mostra tecnicamente possível e fundamentadamente necessária. Esta equipe de planejamento entende pela VIABILIDADE da contratação para o atendimento da necessidade consolidada neste Estudo Técnico Preliminar, de acordo com o art. 9º, inciso XIII da IN 58, de 8 de agosto de 2022, da SEGES/ME.

A Equipe de Planejamento identificada abaixo chegou à conclusão acima em razão do(s) seguinte(s) motivo(s):

O presente planejamento foi elaborado em harmonia com a Resolução TRE-PI nº 427/2021, bem como em conformidade com os requisitos técnicos necessários ao cumprimento das necessidades e objeto da contratação. No mais, atende adequadamente às demandas de negócio formuladas, os benefícios pretendidos são adequados, os custos previstos são compatíveis e caracteriza a economicidade, os riscos envolvidos são administráveis e a área requisitante priorizará o fornecimento de todos os elementos aqui relacionados necessários à consecução dos benefícios pretendidos, pelo que recomendamos a aquisição proposta.

#### 14. Estudo de Contratações Anteriores

DESCRIÇÃO
Na elaboração deste Estudo Técnico Preliminar, levamos em conta, além das licitações mencionadas no subitem 6.6, a ARP 42/2022 deste Regional, com as devidas adequações das inconsistências, de maneira a serem evitadas na nova contratação.

#### 15. Análise de Riscos

DESCRIÇÃO
Os riscos da contratação foram inseridos em Mapa de Análise de Riscos específico para tais fins, seguem anexo a estes Estudos Técnicos.

Teresina, 07 de maio de 2026.



Documento assinado eletronicamente por **Mhario Eugenio de Castro Ramos**, **Analista Judiciário**, em 07/05/2026, às 10:57, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Roberto de Amorim Coelho**, **Analista Judiciário**, em 07/05/2026, às 10:59, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.tre-pi.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.tre-pi.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0002718284** e o código CRC **C4F09410**.





--